



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# Pivô brasileiro, crise e transição na América Latina: Marx e a investigação de uma especificidade

Jason T. Borba

**Como citar:** BORBA, Jason T. Pivô brasileiro, crise e transição na América Latina: Marx e a investigação de uma especificidade. *In:* PINHEIRO, Jair (org.). **Marx:** crise e transição: contribuições para o debate hoje. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 147-186.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-597-1.p147-186>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# PIVÔ BRASILEIRO, CRISE E TRANSIÇÃO NA AMÉRICA LATINA: MARX E A INVESTIGAÇÃO DE UMA ESPECIFICIDADE

*Jason T. Borba*

## INTRODUÇÃO

[...] os homens fazem sua própria história, mas não fazem segundo a livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, as circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas. A tradição de todas as tradições mortas pesa sobre os cérebros dos vivos como um pesadelo. E mesmo quando estes parecem preocupados a revolucionar-se, à si e as coisas, e mesmo de criar algo ainda não existente, é precisamente nessas épocas de crise revolucionária que esconjuram temerosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomam emprestado o seu nome, as suas palavras de ordem de combate, a sua roupagem para, com este disfarce de velhice venerável e esta linguagem emprestada, representar a nova cena da história universal. (MARX, 1982)

Quais seriam as condições econômicas históricas e gerais para uma revolução proletária socialista na América Latina na acepção clássica de Marx, Engels e Lênin<sup>1</sup>, considerando todo o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no século XX até o início do XXI?

---

<sup>1</sup> Essa referência à revolução clássica nos termos de Marx, Engels e Lênin aparece aqui em contraste com a de dois corpos marxistas de contra-teses que, cada um a seu respectivo modo, comungam que o protagonismo clássico do operariado na revolução não se aplicaria mais, seja por nunca ter tido essa dimensão prática na América Latina, ou por ter sido desabilitado pelo desenvolvimento recente do capitalismo mundial, inclusive nos polos industriais do próprio continente. O primeiro corpo de contra-teses conforma um “marxismo latino-americano”

De pronto, o contexto histórico atual já coloca uma grande questão. De fato, a citação mesma de Marx que apresentamos na epígrafe sintetiza o momento por que passa a economia brasileira e latino-americana. Estaríamos no Brasil e no continente num novo momento histórico que de algum modo ainda paga tributo às formulações e ideias pertencentes a períodos passados, próprias a eles?

O único modo de iniciarmos uma investigação a respeito é tentarmos conformar um quadro geral que caracterize o momento histórico atual como genuinamente outro em relação aos anteriores. E se assim fosse, de algum modo o período atual teria que estar num “nível superior” aos períodos anteriores<sup>2</sup>.

O fundamento metodológico e a abordagem da realidade enquanto totalidade histórica em movimento parte de um ponto que é sempre um ponto superior. Determinar esse ponto superior é uma chave imprescindível para a investigação. No geral, do ponto de vista marxiano, trata-se de buscar sempre olhar a realidade a partir da sociedade futura, cuja possibilidade e necessidade estão inscritas concretamente nas sociedades onde reina o modo de produção capitalista.

Diz Marx - o que tem uma validade metodológica geral, ou seja também para o plano das relações históricas humanas - que aquilo que “nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao

---

no”; seus expoentes são Harnecker (1990), Dussel (1985) e Aricó (1982); a tese central é a de que uma revolução socialista latino-americana não se daria nos moldes do marxismo clássico, eurocentrista, que, prisioneiro de um ceticismo universal quanto ao caráter revolucionário do povo, do estado e da nação, não contemplaria as especificidades econômicas, sociais e culturais das formações sociais latino-americanas, exatamente onde povo, estado e nação comportariam possibilidades revolucionárias. Se esse corpo de teses do marxismo latino-americano é expressão dialética da imaturidade econômica e social do processo de expropriação do vasto proletariado do continente, quer do seu proletariado em geral, mas também do semiproletariado e do campesinato pobre, dando ensejo a uma espécie de populismo marxista, há um outro corpo de contra-teses que emana, ao contrário, do polo mais desenvolvido da penetração do capital no continente, da sua economia industrial. Trata-se da tese de que o desenvolvimento do capital na América Latina, assim como no mundo, teria desabilitado uma revolução socialista proletária nos moldes clássicos, exatamente por ter desabilitado o núcleo duro do proletariado, o operariado de ponta, da posição de protagonismo central na revolução. Assim, a “reestruturação produtiva” a partir dos anos 1970 na Europa e demais economias centrais, e a partir dos anos 1980 e 1990 nas economias periféricas industrializadas, se não decretou o “fim do trabalho”, teria ao menos feito com que o operariado industrial, mesmo que não perdesse totalmente seu caráter de liderança nos processos revolucionários, teria ao menos perdido o peso que desfrutava nas estratégias do marxismo clássico de Marx, Engels e Lênin. Vide Mézaros (2002, 2009), para o processo em geral, e Antunes (1999) para o caso do Brasil. Não é lugar no presente trabalho para detalhar o contraste teórico e histórico entre as respectivas teses e contra-teses.

Para além do capital – rumo a uma teoria da transição (2002), e A crise estrutural do capital (2009).

<sup>2</sup> Este artigo parte de um esforço anterior. Vide textos de Borba e Borba e Casseb na bibliografia.

contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior.” (MARX, 1959).

Sendo assim, este trabalho objetiva explorar, em caráter inicial, uma nuance específica de toda a complexa dialética de transformações históricas da América Latina que é a função do Brasil neste início de século XXI. A rigor, essa investigação se dá no campo de uma problemática que é a da possibilidade do “socialismo num só país”, na acepção estritamente leniniana (LENIN, 1976a)<sup>3</sup>, e a sua especificação na particularidade da América Latina, que passa necessariamente pela análise da condição histórica da economia brasileira. Por outro lado, para dar curso a essa investigação, em vez dos esquemas de periodização leninistas tradicionais e mais em uso, a questão geral terá seu enquadramento a partir do esquema de periodização marxiano com base no processo histórico da autonomização do valor.

Como pressuposto, o desenvolvimento e reprodução das forças produtivas capitalistas encontra-se num estágio em que predomina dialeticamente a mais-valia relativa no mercado mundial<sup>4</sup>, sendo a economia latinoamericana e em especial a brasileira suas partes componentes.

## O PROCESSO HISTÓRICO DA AUTONOMIZAÇÃO DO VALOR

O esquema geral da periodização humana, que podemos chamar de arco histórico (CAMATTE, 1978; BORBA, 1982; BORBA; CASSEB, 2009a, 2009b), abrangendo a reprodução social desde o advento humano na comunidade primitiva, a horda, até o comunismo superior quando as categorias mercantis e a propriedade privada em geral estarão superadas, pode ser sintetizado no quadro a seguir:

<sup>3</sup> Neste trabalho e em outros Lênin tem como interlocutor Kautsky. Essa maneira leniniana de abordar a possibilidade do socialismo num só país difere em formulação e conteúdo histórico e político do que depois ficou conhecido como “o socialismo num só país”, a partir do *slogan* lançado logo após a morte de Lênin e formalizado no XIV<sup>o</sup> Congresso do PC russo e nos seus congressos subsequentes, assim como nos da IC.

<sup>4</sup> Para predomínio dialético da mais-valia relativa, doravante PMV Relativa, vide referências e especificações mais adiante nesse trabalho.

VU		- o produto do trabalho é tão somente valor de uso, coisa útil - neste período temos a comunidade primitiva (horda) e as formações secundárias como p.ex os modos de produção asiático, germânico e feudal.
M-M (xA=yB)		- o produto do trabalho já é mercadoria - temos a troca direta em que o paradigma xA=yB irrompe historicamente
Produção e Circulação Simples		- a circulação simples de mercadorias corresponde ao largo período de formações pré-capitalistas em que a economia mercantil desenvolve-se em bolsões e no comércio a longa distância, onde a relação trabalho assalariado-capital é eventual, ainda não dominou a produção
	M-D-M	- em M-D-M, a fórmula da circulação de mercadorias requer o dinheiro como mediador das trocas
	D-M-D	- em D-M-D, o dinheiro destaca-se como finalidade no capital mercantil, sendo esta a fórmula geral do capital
	D-D.	- em D-D, no capital de usura, o dinheiro é a finalidade em si mesmo, sem mediação mercantil no interior de sua forma
Comunidade ( <i>Gemeinwesen</i> ) do Capital		- a base é a reprodução do capital enquanto capital produtivo:  $D - M \left\{ \begin{matrix} ft \\ mp \end{matrix} \dots P \dots M - D$
	FPM Absoluta	- na FPM Absoluta a tecnologia e os setores fundamentais da economia ainda não formam um todo especificamente capitalista; a mais-valia absoluta predomina dialeticamente
	FPM Relativa	- na FPM Relativa a tecnologia e os setores fundamentais da economia formam um todo especificamente capitalista; a mais-valia relativa predomina dialeticamente
Comunidade ( <i>Gemeinwesen</i> ) Humana	Comunismo Inferior	- Democracia Proletária (Ditadura do Proletariado)
	"Transição" "Socialismo"	- Transformação Superação da sociedade de classes em nível Planetário
	Comunismo Superior	VT => VU
		VU

Sendo esse o esquema da periodização geral com base no processo de autonomização do valor (CAMATTE, 1978; BORBA, 1982, 1999), é a partir dele que empreendemos, em abordagem alternativa, a periodização da formação econômica do Brasil (BORBA; CASSEB, 2009a, 2009b).

## O PROCESSO HISTÓRICO DE AUTONOMIZAÇÃO DO VALOR NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA NO SEU PERÍODO PRÉ-CAPITALISTA

Em síntese<sup>5</sup>, podemos destacar os períodos históricos a seguir ancorados nos saltos qualitativos no desenvolvimento das forças produtivas na formação social brasileira:

- VU - abrange da ocupação originária às descobertas, onde existia exclusivamente a produção de valor-de-uso com base na comunidade primitiva;
- M-M - temos o primeiro contato econômico, que com base em M-M ensejou a gênese da primeira forma de mercadoria na produção social no Brasil, período comumente associado ao chamado “ciclo do Pau Brasil” (PRADO JR, [1967], p. 9-12);
- M-M ampliado - ainda nos marcos da economia das trocas naturais, desdobra-se um M-M ampliado; um salto significativo na divisão social do trabalho e um primeiro povoamento do *hinterland* colonial, os canaviais e posteriormente algodoads na zona costeira do nordeste brasileiro e do recôncavo e o gado pelas bacias do São Francisco, do Rio Grande e etc; ainda neste subperíodo temos a economia das missões pelas bacias do Paraná e Amazonas;
- M-D-M - o dinheiro já surge espontaneamente como bolsões intra-regionais de circulação monetária nos séculos XVI e XVII, sem que houvesse um sistema monetário interregional; no ponto específico de contato com os mercados escravistas internacionais o ouro e a prata se fazem presente; não se pode falar ainda numa economia bancária;
- M-D-M ampliado - com a economia aurífera do XVIII e início do XIX temos uma ampliação da referência monetária interregional, que agora envolve num sistema de divisão regional do trabalho que vai do sul ao nordeste do país mas que no entanto não resistirá ao declínio da mineração;

---

<sup>5</sup> Para maiores detalhes vide Borba e Casseb (2099a). O exercício da periodização econômica implica na análise histórica que indique o predomínio das categorias econômicas fundamentais ao período determinado, aquelas que predominam e por isso caracterizam cada uma das sucessivas fases do processo histórico da autonomização do valor. Não se buscam os referenciais datados na história a não ser que sejam em si mesmos marcos inaugurais do salto qualitativo na reprodução social, e portanto econômica. Assim, a periodização da economia brasileira se dá aqui com base nas categorias e processos já vistos mais acima no esquema geral da periodização humana pelo processo de autonomização do valor.

- M-D-M; D-M-D; D-D - é a partir da Independência que surgem os esforços para estabelecer uma moeda nacional, um sistema bancário, o que florescerá somente na segunda metade do Século XIX; ao mesmo tempo procura-se incansavelmente estabelecer os fundamentos de um estado nacional; as duas sagas, a econômica e a política, são dimensões de um mesmo processo histórico.

#### ANOTAÇÕES SUPLEMENTARES À DIALÉTICA DA PERIODIZAÇÃO

Já nesse percurso podemos destacar o fato de que cada período e mesmo cada subperíodo histórico tem sua própria dinâmica histórica. Tem um antecedente, um percurso evolutivo das forças produtivas que o leva à maturação ou estagnação histórica, e uma superação. Assim, os períodos históricos não têm fronteiras absolutamente estanques, mas tem um período de gênese a partir das condições econômicas, sociais e políticas do período ou subperíodo anterior, um momento-processo de instalação a partir do qual afirma-se historicamente e desenvolve as forças produtivas nos marcos da sua estrutura para, a partir de um determinado momento, produzir ou possibilitar a necessidade e o surgimento do período histórico subsequente. Todo esse processo histórico é determinado pelo processo de autonomização do valor. O que agregamos a título de ênfase no presente texto em relação às nossas formulações anteriores (BORBA; CASSEB (2009a, 2009b) é o fato de que podemos em cada subperíodo ou largo período discernir um momento inferior e outro superior, em que no inferior a missão histórica de cada período se coloca no seu início e atinge a culminância no momento superior, em que anuncia e prepara o advento do período histórico subsequente. Desse modo podemos acompanhar no seu detalhamento a rica dialética de cada período histórico e de cada subperíodo, podemos vê-los desdobrar-se como superação dos períodos e subperíodos anteriores e ao final preparar as condições para o advento dos períodos e subperíodos subsequentes.

#### CARACTERÍSTICAS DA DIALÉTICA INTERIOR DA FPM ABSOLUTA

Para tanto cabe apresentar sucintamente o referencial teórico de que faremos uso. Tanto para o capitalismo global como para os nacionais

faremos uso da dialética marxiana que envolve os conceitos de mais-valia absoluta e relativa, assim como os conceitos de subsunção formal e real do trabalho ao capital. Assim, não centraremos nossa análise do percurso do capitalismo na periodização leniniana de capitalismo concorrencial e monopolista (LENINE (1976d, 1916) ou no de “época de antes de ontem”, “época de ontem” e “época contemporânea”<sup>6</sup>; também não centraremos nos esquemas de periodização marxianos de manufatura e grande indústria ou no de subsunção formal e real do trabalho ao capital (MARX, 1971). A nosso ver, e não cabe discutir neste trabalho, os esquemas marxianos e leninianos mencionados acima são recortes que não contradizem o esquema por nós adotado como axial, capaz de envolver o percurso do modo de produção no Brasil da sua origem até hoje. Por outro lado, as tentativas anteriores de periodização do modo de produção capitalista com base no processo de autonomização do valor, além de tomar por base os conceitos de Fase Formal e Fase Real<sup>7</sup>, também careciam de explorar a dialética do desenvolvimento das forças produtivas durante toda essa fase. Desse modo faremos uso da dialética em duas fases para periodizar tanto o desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala mundial, como no Brasil: a primeira fase de predomínio qualitativo da mais-valia absoluta (FPM Absoluta); a segunda fase de predomínio qualitativo da mais-valia relativa (FPM Relativa)<sup>8</sup>.

A hipótese de trabalho para a periodização da economia brasileira é a de que ela, no início da segunda década do Século XXI, está no estágio superior e final do padrão de acumulação na FPM Absoluta. Por isso destacamos aqui algumas características centrais da dialética interior do desenvolvimento das forças produtivas na FPM Absoluta.

Em texto anterior destacamos:

<sup>6</sup> “Damos à época em que nós estamos entrando (ou melhor em que já entramos, mas que não está senão no seu começo) o nome de época contemporânea (ou terceira). Chamamos aquela da qual viemos de sair de época de ontem (ou segunda). É necessário agora nomear de antes de ontem a época de onde Kautsky e A. Potressov tiram seus exemplos (ou primeira). (LENINE, 1976c, p. 144, grifo nosso).

<sup>7</sup> Ver *Présentation* par Roger Dangeville, in Marx (1971), também Camatte (1978) e Borba (1982). O desenvolvimento do trabalhador coletivo especificamente capitalista já se faz sentir na etapa superior da FPM Absoluta, pois nela já a matriz industrial (D1-D2-D3) já está completa. Assim, trata-se de um pré-requisito para a passagem à FPM Relativa, assim como o trabalhador coletivo como esteio da reprodução material da sociedade também impacta a qualidade da luta de classes. Em assim fazendo, seu advento é também uma pressão histórica para que essa transição se verifique.

<sup>8</sup> Para maiores detalhes dessa conceituação ver Borba e Casseb (2009b) e Borba, 2010).

Mesmo quando ainda na FPM Absoluta, o que Marx chama de proletariado moderno já pode estar presente no tecido econômico e social, como ator político, isto quando alguns de seus ramos já têm como base a subsunção real do trabalho ao capital. Os exemplos clássicos são a Inglaterra, a França e a Alemanha na primeira metade do Século XIX e a Rússia do início do Século XX, ou seja, a luta de classes moderna deflagra-se ali onde a FPM Absoluta tenha atingido um certo grau de desenvolvimento e alguns ramos da economia já tenham adentrado no paradigma industrial, mesmo tratando-se somente da indústria de bens leves. (BORBA; CASSEB, 2009b).

No entanto, a dialética interior da FPM Absoluta nos coloca diante de dois momentos referenciais. O primeiro é o momento em que o modo de produção capitalista, tendo recém emergido dos modos de produção anteriores, o faz sem dispor ainda de sua tecnologia propriamente dita. A instalação do modo de produção capitalista nesse início apenas subsume formalmente o trabalhador, com os diferentes tipos de manufatura como paradigma tecnológico. Gradativamente o trabalhador vai sendo submetido realmente, na medida em que os ramos de atividade do D2 (Departamento 2, produtor de meios de subsistência da classe trabalhadora) adentram um processo de industrialização leve. Ainda na FPM Absoluta, setores do D1 (Departamento 1, produtor de meios de produção) e do D3 (Departamento 3, produtor de bens de luxo) industrializam-se. Cabe lembrar que para as chamadas “economias de enclave”, exportadoras periféricas de alguma matéria prima para o centro do sistema, um importante e às vezes predominante setor econômico pode sofrer uma hipertrofia relativa ao seu esquelético PIB. Nesse caso temos várias nações que vivem essa estrutura descompensada, que se faz acompanhar, e às vezes como causa, de um fraquíssimo dinamismo no desenvolvimento das forças produtivas. Trata-se então de uma modernização do D1 sem que ele se diversifique, se complexifique, se integre numa matriz industrial.

Porém, na medida em que a industrialização progressiva e diversificada avança sobre o D2, depois para o D1 e o D3, ainda na FPM Absoluta, as economias nacionais desenvolvem uma matriz industrial cheia de lacunas, mas com algum dinamismo tecnológico, pondo gradativamente assim as bases para a passagem à FPM Relativa, ou seja, a necessidade histórica de um salto qualitativo no padrão de acumulação - e trata-se de

um salto histórico onde não há possibilidade concreta de um gradualismo. A razão de ser um salto é que tal processo se dá simultaneamente em termos qualitativos e quantitativos, implicando uma reinserção da economia nacional no mercado mundial, reinserção a um só tempo econômica e geopolítica, além de uma alteração determinante na correlação de forças entre os setores das classes dominantes<sup>9</sup>.

Um outro aspecto crucial a destacar é a respeito da relação entre centro (FPM Relativa) e a periferia (FPM Absoluta). Já apontada em trabalho anterior (BORBA; CASSEB, 2009b) havia uma indicação da contradição crescente entre os estados nacionais centrais e periféricos, estes com imperativo posto cada vez mais veementemente de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Com base no conceito de desenvolvimento desigual e combinado<sup>10</sup> dizíamos que o “desenvolvimento da FPM Absoluta na periferia do sistema, deu-se no âmbito e no espaço aberto pelas possibilidades do desenvolvimento desigual e combinado entre o centro e a periferia industrializada.” (BORBA; CASSEB, 2009b, p. 30). Sem contemplarmos os aspectos qualitativos e quantitativos da dialética do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas na periferia do sistema corre-se o risco de congelar essa dialética transformando-a numa complementaridade funcionalista. Embora essa atribuição aos estados nacionais periféricos visasse expor o “ceticismo” em relação à sua capacidade de defrontar-se com os países centrais de uma maneira nacionalista radical, a rigor perdia-se o desenvolvimento da contradição intercapitalista centro-periferia e o recrudescimento de várias manifestações concretas não só do nacionalismo burguês, mas também da própria emergência dos imperialismos periféricos nas economias nacionais que tivessem alcançado um nível histórico crítico no estágio superior da FPM Absoluta.

Um assunto controverso é o da possibilidade do imperialismo periférico (MARINI, 2000)<sup>11</sup>. Seria necessário adentrar na FPM Relativa

<sup>9</sup> Demais detalhes e desdobramentos da FPM Absoluta e Relativa podem ser vistos em Borba e Casseb (2009a, 2009b).

<sup>10</sup> Para a noção de desenvolvimento desigual e combinado ver Michael Löwy, (1995, p. 111-119); ver também Borba e Casseb (2009a, 2009b).

<sup>11</sup> Um dos limites da formulação do “subimperialismo” brasileiro é o de que ele praticamente ascenderia a essa condição sob os auspícios do imperialismo norteamericano. Essa era a evidência na época, anos 1970. A rigor a reinserção do Brasil na economia regional se dá de forma imperialista, e dessa virada de século para cá de modo que explicitamente choça-se com os interesses norteamericanos na região. ALCA foi superada, OEA está

para que uma economia atingisse o estágio imperialista? Para Lênin não necessariamente. Em economias ainda periféricas, é possível o desenvolvimento do imperialismo tanto economicamente como efetivamente no plano internacional (LENINE (1916, 1976b, 1976c). Quando abordamos essa questão do ponto de vista do esquema de periodização capitalista em duas fases FPM Absoluta e FPM Relativa, mas contemplando a existência de um momento inferior e inicial no interior da FPM Absoluta e um momento superior, já no limiar da passagem à FPM Relativa, podemos ver surgir nesse momento final da FPM Absoluta, em que a transição já se anuncia, as condições para que a economia alcance um estágio de acumulação capaz de instalar e sustentar sua entrada na fase imperialista, que se faz acompanhar de crescente e estratégica exportação de capitais produtivos, comerciais e financeiros. Conjuntamente vemos emergir gradativamente todos os respectivos desdobramentos na área geopolítica e militar.

#### **A PERIODIZAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL**

Não é certo economia brasileira havia, em meados do Século XIX, constituído todas as bases para a emergência do modo de produção capitalista na sua forma manufatureira urbana. A contradição das relações de escravidão e o insipiente trabalho assalariado urbano não possibilitavam essa base social e sistêmica. A economia do Rio de Janeiro não fornecia ainda as bases para um período manufatureiro urbano.

#### **DOS ESTERTORES DO ESCRAVISMO AO CAPITALISMO MANUFATUREIRO NO CAMPO**

O modo de produção capitalista no Brasil faz sua primeira e fracassada tentativa histórica de emergência com Mauá no Império, sob uma base econômica essencialmente manufatureira. O capitalismo manufatureiro urbano foi efêmero nessa tentativa, tendo como alçóo a geopolítica e a geoeconomia da “Guerra do Paraguai”. De um lado, as oligarquias rurais aproveitaram-se da falência da nascente burguesia manufatureira urbana e, em consonância com os interesses estratégicos da grande potência industrial mundial, por outro lado, que já ia adentrando na sua fase imperialista, a

---

esvaziada, a estratégia do “*Big Stick*” e a “América para os americanos” também hoje encontram-se em questão. Retomaremos esse ponto mais adiante.

Inglaterra, empreenderam a entrada do Brasil na manufatura rural, através da cafeicultura. Esse momento histórico que cobre de 1850 à República podemos dizer que ilustra a fase superior do escravismo no Brasil. Essa via, no entanto, teria ainda que passar pelo estertor da cafeicultura escravista no Rio e primeiros tempos no Vale do Paraíba para, com a República tornar-se capitalista, ainda que sob as relações de produção híbridas do colonato. Aí inicia-se a real história do Brasil capitalista, dessa forma transversa, com um capitalismo no campo, sob relações sociais capitalistas híbridas. Tem início a FPM Absoluta no Brasil (BORBA; CASSEB, 2009a).

### **DO CAPITALISMO MANUFATUREIRO RURAL/URBANO AO LIMIAR DA INDUSTRIALIZAÇÃO LEVE (1889-1930)**

O advento da República e a entrada da cafeicultura no Vale do Paraíba vindo do serranias do Rio de Janeiro, e já rumo Campinas, marca também o desenvolvimento da manufatura têxtil, vidraçaria e outras manufaturas do D2 em São Paulo e principais cidades do interior; a manufatura urbana surge com mais pujança e impulso do que as anteriores manufaturas têxteis de Recife e do Rio de Janeiro. Esse diferencial da economia paulista se explica pelo desenvolvimento econômico do “complexo econômico” da cafeicultura (CANO, 1976; AURELIANO, 1981). A cafeicultura havia emergido nos estertores do escravismo, para desenvolver-se sob o regime capitalista do colonato, forma híbrida. Só nos anos 1960 ele se tornará plenamente capitalista. Assim caminha o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas sob a FPM Absoluta, levando a economia manufatureira ao seu limite, em que o ramo têxtil já se industrializa ao final dos anos 1920.

### **A INDUSTRIALIZAÇÃO LEVE (1970-69)**

O colapso da República Velha com a Grande Depressão marca a necessidade imperiosa da implantação de uma capitalismo urbano com base na indústria (AURELIANO, 1981). Estabelece-se um novo período, ou subperíodo, o da industrialização com base no D2, de 1930 a 1969). A intensificação e aprofundamento da sociedade industrial, ainda que com base no D2, requer que os primeiros passos sejam dados para fundar o D1.

Esse D1, que ainda não impulsiona a acumulação, é um D1 tradicional, cujos marcos foram a CSN, a FNM, a Petrobrás etc. E não se trata mesmo do D1 como sistema, como componente e fundamento de uma matriz industrial. Esse movimento ilustra a dinâmica de um subperíodo com seu início, em que se instala sua característica fundamental (D2), e o seu esgotamento, auge, em que o D2 já tem um outro formato, com setores de ponta imediatamente internacionalizados (EMNs) tendo então se diversificado envolvendo a produção de bens mais sofisticados, indústria automobilística, eletrodomésticos e etc. Concomitante a esse adensamento, complexificação, internacionalização e diversificação do D2, vai se desenvolvendo, ainda cheio de lacunas, o D1, que de tradicional de um lado, e com elementos modernos de outro, deve transformar-se em sistema. A crise desse modelo, que a economia política corrente chama de “modelo de substituição de importação”, marca também a passagem para um novo subperíodo.

Importante notar que a dinâmica desse subperíodo também apresentará requerimentos na agricultura de exportação e de subsistência. A agricultura permaneceu, grosso modo, ainda no modelo anterior, sem mecanização significativa e com base em relações de produção que apoiava-se ainda nas formas híbridas. O advento da CLT no campo será o marco institucional para o grande salto.

### **A MATRIS INDUSTRIAL (1970-2006)**

O desenvolvimento e crise de esgotamento do subperíodo anterior, com uma dinâmica ainda mantida pelo D2, que por sua vez modificou-se profundamente, colocou as condições para o subperíodo subsequente, com a acumulação tendo como base uma matriz industrial (D1-D2-D3) (CASTRO; SOUZA, 1986), e o próprio conceito de indústria funde-se definitivamente com o de agricultura. Mecanização, eletrificação e uso da petroquímica e etc... serão doravante incorporados e intensamente espalhados por vastas regiões do país, mudando totalmente o panorama no campo. Inicialmente nas regiões Sul e Sudeste e Centro-Oeste, mas no transcorrer das décadas de 1980-90 invadindo o Nordeste e Norte.

Com presença massiva do Estado no D1, nos anos 1970, a matriz industrial se forma. A industrialização no seu conjunto se dá com o apro-

fundamento da internacionalização dos setores dinâmicos do D2 e D1 no seu segmento industrial. O D1 no seu segmento de logística e infraestrutura está capitaneado pelo Estado.

Por outro lado, nesse subperíodo começa a definir-se a objetivamente as bases econômicas para a supremacia brasileira na geopolítica regional do Cone Sul, na Bacia do Prata, com a “conquista” do Paraguai (Itaipú), a qual possibilitará a posterior “conquista” da Bolívia (anos 80 e 90). O imperialismo brasileiro começa a dar seus primeiros passos através de investimentos estratégicos, em negócios via Estado, tanto no Paraguai como na Bolívia, estendendo-se pelo esquema de cooperação institucional às recentes ex-colônias da África atlântica e Moçambique.

O D3 recém instalado no interior da matriz industrial, ao final da década de 1970 e início da seguinte, chega ao ponto de capacitar-se a produzir armamentos.

O processo de concentração e centralização do capital gera um sistema industrial concentrado, diversificado e a um só tempo um sistema financeiro contemporâneo e dinâmico, capaz das mais modernas formas de intermediação e integração financeira. Conglomeração financeiro-produtiva-comercial passa a ocorrer aceleradamente.

Por outro lado, o comportamento cíclico da economia passa a sincronizar-se gradativamente com o ciclo mundial. A partir dos anos 90 é marcante essa sincronização, fato que é explicado pela elevação da composição orgânica média da economia, que assume mais e mais o padrão tecnológico internacional no seus segmentos mais dinâmicos. A produção nesses setores de ponta da economia brasileira tem no capital fixo seu pivô fundamental. Isso faz com que essa sincronia com os ciclos da economia mundial não se dê somente através dos canais de transmissão financeiros, comerciais e de decisão de investimentos do capital estrangeiro, mas passe a dispor de um elemento marcadamente endógeno com base na reposição do capital fixo dos setores dinâmicos da economia<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> A natureza endógena do ciclo econômico da economia brasileira, que tem como base o capital fixo (BORBA, 2008) evidencia a organicidade do seu capital industrial como segmento do capital industrial mundial. Essa organicidade, saliente-se, abriga a um só tempo a contradição, a autonomia relativa, possibilidade de ruptura e demais dialéticas parte-todo.

O Estado Nacional é o estado capitalista na sua forma acabada, assentado sobre uma base econômica desenvolvida, no último estágio da FPM Absoluta. A economia tendo atingido o ponto crítico para tornar-se imperialista, dota-se de um Estado Nacional que tem como imperativo expressar e a um só tempo constituir-se como superestrutura orgânica, com as esferas política, judiciária, legislativa e executiva constituindo um todo fundido com as estruturas do capital. Consolida-se a institucionalidade do capital, sendo, doravante, desnecessária a excepcionalidade como forma de gerenciamento do desenvolvimento do capital. A excepcionalidade político-institucional será cabível doravante já num quadro convencional de crise aguda dos mercados, em que virá sempre como complemento da democracia do capital, ou democracia burguesa. Tal só é possível, num quadro de urbanização massiva, dado que a estrutura econômica põe uma base social diversificada, inclusive no interior do proletariado e, nele, do operariado industrial de ponta – nesse segmento em particular vemos emergir uma camada superior de mão-de-obra qualificada que forma a base para a integração sindical e assim do processo de cooptação dessa camada importantíssima para a construção de pactos de gestão. Veremos que os desenhos e redesenhos das forças políticas no seu interior agora são expressão dos movimentos interiores do capital, basicamente entre capital-dinheiro e capital-produtivo, onde a correlação de forças será estabelecida a partir desses dois vetores de poder. Mais e mais as intervenções do estado no âmbito nacional e internacional são determinadas pela política de estado, sendo essa política de estado determinada no interior das estruturas do capital, tendo como imperativo sua reprodução ampliada<sup>13</sup>.

Essa base econômica complexa, sua dinâmica e a estrutura de classes que dela se desdobra são o fundamento material para o primeiro ciclo completo da socialdemocracia no país, como veremos mais adiante. Com efeito, o proletariado se complexifica, fazendo constituir-se no seu interior um núcleo duro operário moderno com base não mais no D1 tradicional, mas agora no seio da matriz industrial. Também o proletariado

---

<sup>13</sup> Cabe ressaltar que em formulações anteriores (MARINI, 2002; BORBA; CASSEB, 2009a, 2009b) ainda era marcada a ênfase no estado nacional brasileiro como componente de uma superestrutura mundial sem possibilidade de constituir-se em estado imperialista. O conceito de “subimperialismo” de Marini, assim como a noção do estado brasileiro como componente local da gestão do capital mundial impossibilitava a emergência do estado brasileiro como estado imperialista, assentado sobre uma economia imperialista, ainda que na FPM Absoluta, agora na sua fase superior.

rural se diferencia definitivamente do campesinato e das formas híbridas, formando um vasto operariado rural que mora na periferia das cidades e trabalha no agronegócio, primeiro no Sul, Sudeste e Centro Oeste, e depois, gradativamente, pelas demais regiões. Esse processo de proletarização no campo se aprofunda drasticamente nos anos 1970, 80 e 90 ensejando as formas mais variadas de resistência ao aprofundamento, aceleração e extensão do processo de expropriação e proletarização do produtor rural.

A estrutura social se complexifica com o surgimento e desenvolvimento das modernas classes médias assalariadas que tem como base o capital e sua matriz industrial, tanto no seu segmento privado como no estatal.

O fenômeno do assalariamento geral, inclusive da pequena-burguesia, a partir das estruturas complexas da matriz econômica constituirá a base do primeiro ciclo completo da socialdemocracia no país, do surgimento nos anos 70 até a chegada ao poder em 2002<sup>14</sup>.

#### **NOVO CICLO HISTÓRICO, NECESSIDADE HISTÓRICA DO ADVENTO DA FPMREL (2006...): VIA CAPITALISTA X VIA PROLETÁRIA**

Toda a pauta econômica e social relevante da FPM Absoluta foi percorrida pela economia brasileira até 2006. Agora, a natureza da crise coloca em questão a passagem à FPM Relativa. Torna-se cada vez mais difícil para o capital reproduzir-se na FPM Absoluta na medida em que a sucessão de crises cíclicas vai expondo o novo nível em que se reproduzem, por sua vez as relações sociais após tantas e profundas transformações. O novo marco das relações sociais e a distribuição demográfico-espacial coloca a formação social brasileira em crescente tensão, para a qual as possibilidades de respostas próprias à FPM Absoluta são já insuficientes. Com a proletarização e urbanização abrangente nas últimas 4 décadas, a complexidade social doravante só consegue abrigar-se na reprodução do capital na medida em que novas e radicais transformações ocorram no padrão de acumulação. Nosso referencial para a periodização coloca a necessidade de um salto qualitativo nesse padrão que só pode ser a transição da FPM Absoluta

<sup>14</sup> Para elementos para o ciclo clássico da socialdemocracia ver *Przeworski* (1989). Este ciclo clássico desenhado por Przeworski quase sem elementos novos ou diversos ocorre no Brasil.

para a FPM Relativa. Trata-se de um salto qualitativo no desenvolvimento das forças produtivas<sup>15</sup>.

O conjunto de problemas e desafios econômicos, o programa econômico para essa passagem à FPM Relativa está num nível qualitativo superior à pauta que se colocava à economia política brasileira nos ciclos históricos anteriores, nos anos 1950 a 1980. As questões colocadas nestes ciclos históricos foram de certa forma respondidas pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas levado a cabo sob comando da burguesia.

A chave metodológica para um balanço do encaminhamento histórico dado aos desafios do desenvolvimento das forças produtivas nos últimos 40 anos está no aforisma marxiano de que a forma superior explica a forma inferior. No momento atual, na abertura do ciclo histórico atual, é que torna-se possível ter uma visão panorâmica compreensiva da via histórica na qual se deu a superação dos impasses que constituíram as graves crises sociais e políticas do esgotamento da industrialização com base no D2. A formação da matriz industrial a partir dos anos 1970 e todos os desafios que daí se desdobravam foi possível a partir de um momento anterior em que se concluiu a disputa histórica entre forças políticas, expressões de tendências estratégicas profundamente enraizadas em bases sociais. Confrontaram-se as esquerdas, compostas pelos MNR's, movimentos nacional revolucionários, ou democrático-populares, amálgama de tendências que cobriam um espectro abrangendo desde a maior até a menor radicalidade, com as forças conservadoras e progressivas do capital, as direitas. Sem que seja o momento para aprofundar e esmiuçar esse rico momento histórico, estava em jogo o que, por analogia, poderíamos caracterizar, à guisa de como Lênin caracterizou para a Rússia das três primeiras décadas do século XX, por “via prussiana” e “via americana”<sup>16</sup>.

Assim, a proletarianização maciça, a formação do mercado interno, a integração econômico no mercado mundial, a institucionalização

<sup>15</sup> Para as características da FPM Relativa, e a comparação com a FPM Absoluta, ver Borba e Casseb (2009a, 2009b).

<sup>16</sup> Para os conceitos de “via prussiana” e “via americana”, sugeridos a título de noções análogas para abordagem das vias históricas que se abriam por época das lutas políticas dos anos 1960 e 70 no Brasil, ver Lenin (2004); evidentemente mais que essas noções iniciais são necessárias para a compreensão de um período de lutas dramáticas com as respectivas vias históricas **que se abriam ao desenvolvimento das forças produtivas sociais, bem como a resultante final que se impôs historicamente na época, tendo validade pelas décadas seguintes e que conduziu a economia e a sociedade brasileira até os dias atuais nesta segunda década do Século XXI.**

democrática burguesa das relações sociais, a formação e consolidação da matriz industrial, a modernização da agricultura e do campo, a integração regional no âmbito nacional, a integração das classes produtoras no processo político e institucional, a consolidação da re-inserção da economia brasileira como liderança geoeconômica e geopolítica imperialista na economia sub-continental latino-americana e na África atlântica, receberam as devidas respostas do capital durante as últimas quatro décadas nos marcos da via politicamente autoritária de início e posteriormente já no bojo da plena vigência da democracia burguesa após o fim da “ditadura militar” em 1984. As décadas subsequentes serão marcadas por regimes democrático burgueses com “estilos” diferentes. Elitista tradicional nos anos 1980 pós redemocratização, também nos anos 1990 e “democrático popular” de 2002 em diante.

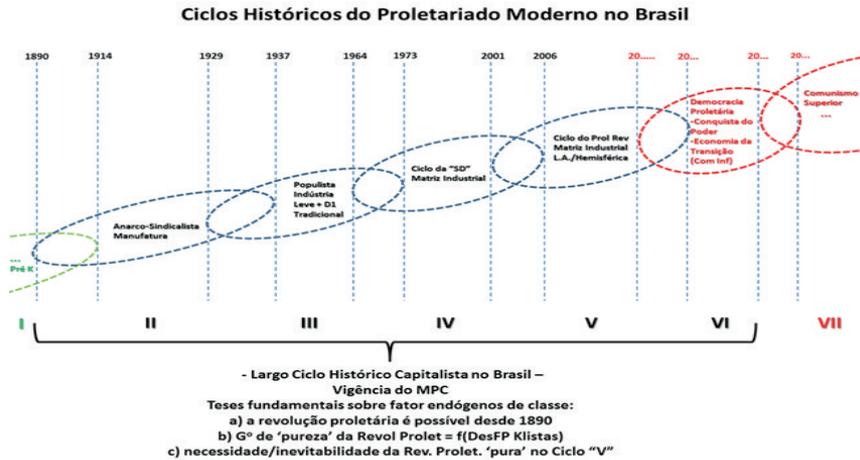
A partir do advento desse novo ciclo histórico abre-se um processo histórico com alternativas específicas oriundas de uma base econômica que coloca definitivamente uma formação social capitalista defrontando-se com alternativas históricas próprias de uma sociedade em que o domínio do capital já se faz absoluto – não sem especificidades marcantes. Uma vez realizadas e superadas todas as tarefas burguesas pela via capitalista, o padrão de reprodução do capital coloca-se diante da necessidade da passagem à FPM Relativa. Essa necessidade histórica já força sua passagem internamente e no âmbito das relações geopolíticas e geoeconômicas no âmbito do mercado mundial. Assim colocam-se claramente uma via burguesa (e pequeno-burguesa) para essa passagem e uma via proletária (que enquanto proletária só pode ser a revolucionária). A formação social brasileira está no nível histórico que põe um programa imediatamente socialista de transição (LENINI, 1959b), ainda que na FPM Absoluta – o que conseguimos contemplar quando agora contemplamos esse desenvolvimento das forças produtivas, ou seja a dialética histórica no interior de cada período ou subperíodo no corpo da periodização. Com o advento do novo ciclo histórico chegamos a uma maturidade econômica em que só é possível medidas progressivas e revolucionárias do ponto relativas ao desenvolvimento das forças produtivas a partir do socialismo proletário revolucionário ou programa pleno<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> Para exemplo de medidas do “programa pleno” em uma sociedade desenvolvida, o caso da Suíça, vide LENINI (1959a, p. 153-155). Por um lado, temos a admissão do “programa socialista pleno”, mas com uma série de nu-

O grau de desenvolvimento da matriz industrial brasileira nos últimos 40 anos, desde seu advento nos anos 1970, implica na total nacionalização das questões da estrutura econômica, isto dada a integração das cadeias produtivas entre agricultura, setores primários, energia, logística, infraestrutura enfim, indústria e distribuição, assim como o financiamento e etc... A economia nacional forma um sistema integrado, assim como a economia sulamericana está em processo de rapidamente tornar-se um, sob o pivoteamento da economia brasileira.

### PERIODIZAÇÃO DA LUTA DE CLASSES MODERNA NO BRASIL

Com base na periodização econômica da FPM Absoluta no Brasil podemos apresentar, para o mesmo período, a periodização da luta de classes do proletariado moderno a seguir.



ances: “[...] encontramos num certo socialismo pequeno-burguês no próprio partido socialdemocrata e a partir da sua fração parlamentar. E isto da seguinte forma: se reconhece como fundadas as concepções fundamentais do socialismo moderno e a palavra de ordem que reclama a transformação de todos os meios de produção em propriedade social; mas se declara que sua realização não é possível senão em um tempo distante, praticamente fora de qualquer previsão. Para o presente, a única tarefa que nos incumbe seria um simples remendo social [...]”. (ENGELS, “*La Question du Logement*” in LENINE, 1959b, p. 168). Por outro lado, temos a própria negação do programa máximo do socialismo tanto pela burguesia como pela pequena-burguesia. Trata-se então, para o que interessa a esse artigo, não das circunstâncias e condições de momento, mas das condições econômicas para a transformação socialista. Falando da Suíça, diz Lenin, “Esta transformação é no presente realizável do ponto de vista econômico.” (LENINE, 1959a).

Temos, em síntese, o “Largo Ciclo Histórico Capitalista no Brasil”, cujo padrão de acumulação tem como base o predomínio qualitativo, ou seja, dialético da extração da mais-valia absoluta (FPM Absoluta). Ele pode ser dividido em subperíodos ou ciclos históricos com suas respectivas características, imbricamentos e transições. Interessa nessa periodização a relação entre os padrões de acumulação, a relação capital trabalho e a característica dominante da luta de classes que envolve o proletariado. O diagrama acima mostra a característica predominante de intervenção do proletariado a cada ciclo histórico:

- I Pré-capitalista – bom base nas relações pré-capitalistas, basicamente o escravagismo e a servidão. Trata-se da relação social predominante, o escravagismo e daquela coadjuvante e que irá suceder-la no campo, a servidão.
- II Anarco-sindicalista – com base na manufatura do D2. Trata-se nesse ciclo histórico do proletariado urbano desenvolvendo-se nos grandes centros manufatureiros, mas que em São Paulo irá expressar a característica marcante de intervenção da luta de classes desse período, com o anarco-sindicalismo como forma e ideologia predominante. Esse sindicalismo, não sem luta, vai definindo, sendo que o ciclo histórico seguinte necessita de uma nova dinâmica sindical - que virá a partir do Estado.
- III Populista – com base na indústria leve (D2) e no D1 tradicional. Neste ciclo histórico o proletariado urbano é produzido pelo processo de industrialização, sujeito às formas populistas de intervenção do Estado na luta de classes e na política sindical. A industrialização com base no D2 e mudança radical na base demográfica do proletariado urbano, assim como na classe operária é fator determinante da dinâmica neste ciclo histórico, que realiza o ápice da sua característica básica com a crise econômica, social e institucional do final dos anos 1950 e 1960. O fim do populismo relaciona-se dialeticamente com o esgotamento do que se convencionou chamar de “Processo de Industrialização por Substituição de Importações” (FURTADO, 1961a; TAVARES, 1972), mas que no referencial aqui adotado corresponde à acumulação com base no D2.

IV Socialdemocracia – com base na matriz industrial (D1-D2-D3). O ciclo da socialdemocracia<sup>18</sup>. Emerge nesse período um proletariado urbano com núcleo operário de uma qualidade distinta da do proletariado do ciclo anterior. A luta de classes no seu segmento operário ganha novas dimensões e inaugura uma dinâmica como que paradigmática da evolução da socialdemocracia européia, como já salientado mais acima. Há ruptura com o sindicalismo do ciclo histórico anterior. A gradativa reinstitucionalização democrática dos anos 1980 gerou três principais entidades políticas na oposição, com as respectivas oposições: o PT, a CUT e o MST. E o MST é a entidade política e social que caracteriza a especificidade deste ciclo histórico em relação aos modelos clássicos europeus de percurso da socialdemocracia do movimento operário até o poder do estado nacional. O esgotamento do MST como protagonista social e político é um indício importante do esgotamento do próprio ciclo histórico, pois demonstra que o capital industrial conseguiu impor-se definitivamente no campo, superando qualitativamente as formas pré-capitalistas e as formas de subsunção formal pouco desenvolvidas do capitalismo que até então tinha prevalecido. Por outro lado, esse percurso da socialdemocracia no Brasil, vem acompanhado de uma série de características emergentes e de seus desdobramentos, que completa a pauta econômica de transformações típicas da FPM Absoluta. Do ponto de vista da luta de classes e da dinâmica operária, esse período manifesta um novo nível histórico que se aproxima e eleva-se ao nível de complexidade da luta de classes das economias avançadas da Europa Ocidental nas três primeiras décadas do Século XX. Temos já devidamente instalada na política operária e seus instrumentos organizacionais todos os elementos do capitalismo avançado, com uma aristocracia operária e uma estrutura sindical avançada, assim como a sua absorção na política institucional pelo estado. As modernas classes médias assalariadas já estão presentes como atores socialmente, economicamente e politicamente e, até por serem assalariadas, participam e se mesclam

<sup>18</sup> A caracterização do ciclo histórico como “Ciclo Histórico da Socialdemocracia” neste trabalho difere nos seus fundamentos e nas implicações políticas e históricas da sua caracterização como “Ciclo Histórico do PT”. Ver Iasi (2006) para Ciclo Histórico do PT. A nosso ver, como ciclo do PT o ciclo histórico confunde a sua personalização com seu fundamento econômico e histórico. Que o PT foi o agente personificador *par excellence* desse período não resta dúvida.

com o operariado industrial nas lutas econômicas e políticas. O ciclo da socialdemocracia, que vai do seu nascimento na política operária nos anos 1970, sua institucionalização nos anos 1980, a luta pelo poder nos anos 1990, a chegada ao poder em 2002 e o seu exercício doravante fecha-se em termos qualitativos, pois a tarefa desse ciclo histórico é eliminar as pendências econômicas históricas que ainda retêm a formação social brasileira na FPM Absoluta.

- V Proletariado revolucionário – com base na matriz-industrial de no imperialismo brasileiro que agora se desdobra para a América do Sul, Central, África Atlântica e Moçambique.

No final desse ciclo histórico da socialdemocracia o estado nacional brasileiro já dá os primeiros sinais de que doravante se subsumirá ao imperativo da reprodução das relações capitalistas de produção, que só pode dar-se pela passagem à FPM Relativa. Após período do Milagre Econômico, mas principalmente após o “IIº PND” a reprodução das relações de produção capitalistas (anos 1980 e 90) deu-se numa espécie de torpor econômico, numa economia virtualmente estagnada. Importante salientar a característica da intervenção econômica do estado nesse período:

Embora o Estado nacional seja um organismo de natureza dúbia, no caso do Brasil fica mais ostensiva a intervenção do Estado na economia e na sociedade, evidenciando mais e mais sua dimensão de sub-órgão de gerenciamento global da ordem mundial em nível local. Com base na análise da performance da economia de pós-guerra, esta determinação “perversa” do Estado em relação ao pleno desenvolvimento das relações capitalistas de produção revelou-se tão enraizada que as superestruturas passaram a contar com a capacidade extremamente elástica de, sem negar sua natureza, absorver e assumir as mais diferentes personalidades políticas e ainda assim manter sua funcionalidade que é a de reter qualitativamente, e no limite quantitativamente, a economia nacional na FPM Absoluta. No caso brasileiro, tudo estaria indicando que um esgotamento da acumulação com base na FPM Absoluta tenderá a colocar, cada vez mais explicitamente, a dramática disjuntiva: a) ou transição para a FPM Relativa, b) ou, nos moldes de uma “revolução dupla”, como vimos acima, uma tentativa de transição para uma sociedade pós-capitalista, para além da produção de mais-valia e mesmo do valor. (BORBA; CASSEB, 2009b, p. 10)<sup>19</sup>

<sup>19</sup> Esta tese foi apresentada já na primeira versão em 1999. Depois ratificada em Borba e Casseb (2009a, 2009b).

Este período envolvendo as décadas de 1980 e 1990 constituiu o momento em que foi levada ao paroxismo o esforço de reter a economia brasileira na FPM Absoluta. As políticas de estado estavam nessa época condicionadas à forma de inserção da economia brasileira, caudatária e capitaneada exclusivamente pelo imperialismo norte-americano.

Cabe salientar, no entanto, que mesmo às baixas taxas de crescimento e fraquíssimo dinamismo econômico nas décadas de 1980 e 90, grandes transformações ocorreram na estrutura econômica. Essa evolução na base econômica irá impulsionar o Estado nacional, nos estertores da FPM Absoluta, a encampar de maneira ostensiva o imperativo do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas tanto na dimensão interna da reprodução do capital social, como na dimensão externa - essa inflexão no padrão de intervenção do estado brasileiro manifesta-se no segundo governo Lula.

Hoje, a dialética da “trava” econômica<sup>20</sup> que impede a pronta passagem à FPM Relativa já não se prende precipuamente à estrutura agrária brasileira, pois na agricultura já predominam as relações capitalistas de produção, que nos ramos agrícolas determinantes já está na fase da sub-sunção real do trabalho ao capital. Ainda herdeiro de um forte atraso na estrutura logística rural e urbana, aí se encontra um dos principais elementos dessa trava. Outro elemento fundamental da trava atual é de natureza sistêmica e não propriamente endógeno. Trata-se do modo como se dá a dialética da lei do valor em escala internacional e a posição respectiva que o Brasil ocupa nesse momento no mercado mundial, na reprodução do capital social mundial. A reversão dessa posição, no entanto, nas condições atuais, só pode ser feita numa crise catastrófica, mesmo porque essa reversão significaria de pronto a passagem da economia brasileira ao centro do sistema, no cenário de permanência do modo de produção capitalista em escala mundial e no Brasil. Assim, essa nova trava, se assim podemos dizer, já não tem correspondência com a trava tradicional, que fez o núcleo dos programas econômicos da economia política brasileira dos ciclos históricos do populismo e da socialdemocracia. Esse é um dos principais elementos

---

<sup>20</sup> Entre outras formulações, aquelas inscritas nas teses do VI Congresso da IC de 1928, a hipótese da “industrialização tardia” ou “retardatária”, de um “capitalismo tardio” (TAVARES, 1999, p. 456) ou “retardatário”, para explicação deste “atraso” é insuficiente.

que caracteriza o advento de um ciclo histórico genuinamente novo neste início de século XXI, sucessor do ciclo histórico da socialdemocracia.

Agora no novo ciclo histórico que já começa a insinuar-se na crise de esgotamento do ciclo histórico da socialdemocracia, temos uma disjuntiva para o desenvolvimento das forças produtivas: ou implanta-se e consolida-se a FPM Relativa para a continuidade da reprodução das relações capitalistas de produção, ou inicia-se o período de transição ao socialismo com o advento do ciclo histórico da democracia proletária. Este novo Ciclo Histórico marca essa disjuntiva inclusive na luta de classes e na política operária, com a emergência gradual de um vetor social e político no interior da classe, no seu núcleo operário que delimita-se a partir do seu projeto pós-capitalista. Com efeito, nesse esgotamento do Ciclo Histórico da Socialdemocracia, vemos emergir das suas entranhas forças sociais e políticas com tendência a individualizar-se, particularmente no movimento operário e na política de correntes de esquerda. Com efeito, por volta de 2005/6 individualizam-se correntes políticas, político-sindical e político-sociais que procuram demarcar-se da socialdemocracia no poder. Inicia-se um denso processo de politização em que novas forças e novos projetos procuram formalizar-se também buscando seus respectivos conteúdos sociais ou lastro social. A forma como esse processo tem início é caótica e pulverizada, mas a natureza do novo ciclo histórico estabelece os sentidos possíveis em que a politização e desenvolvimento dessas forças políticas emergentes irão desdobrar-se. A questão é, doravante, a disjuntiva histórica apontada mais acima.

Se o capitalismo brasileiro ainda está na FPM Absoluta, ele aí está a muito tempo e portanto tem nessa fase uma larga história de transformações e desenvolvimento, colocando-se hoje no limiar da passagem à FPM Relativa<sup>21</sup>. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas

---

<sup>21</sup> Não podendo ser diferente neste estágio da investigação, podemos dizer, numa estimativa grosseira, que o PIB brasileiro, no caso de uma eventual passagem à FPM Relativa, iria multiplicar-se aproximadamente 4,5 vezes em relação ao PIB médio das economias centrais, digamos USA, FR, GER, JPN. Tomando como base o ano de 2012, a economia brasileira ainda na FPM Absoluta foi cerca de 14% da americana, ou seja: PIB dos USA US\$ 16,24 trilhões em 2012 e um PIB do Brasil de US\$ 2,25 trilhões no mesmo ano. Passando à FPM Relativa, a economia brasileira perfaria 63% da americana, ou seja, para os mesmos US\$ 16,24 trilhões dos USA o PIB brasileiro seria agora de US\$ 10,21 trilhões. Claro que estamos abstraindo toda a complexidade de fatores e dialéticas da formação do valor em nível mundial já que “na sua aplicação internacional a lei do valor é ainda mais profundamente modificada” (MARX, 1976); neste exercício de estimativa fez-se também abstração da insuficiência do conceito de produtividade adotado pelas estatísticas do Banco Mundial e demais estatísticas

alcançado nesse início de Século XXI já apresenta uma economia urbanizada, com o capitalismo tendo penetrado em todos os ramos chave da agricultura, da logística, da indústria, da infraestrutura e etc, tendo integrado sua economia num sistema econômico onde a matriz industrial (D1-D2-D3) já se coloca como fundamento da reprodução material da sociedade. Desenvolve-se também rapidamente a integração econômica da América do Sul tendo como pivô o imperialismo brasileiro.

A caracterização do padrão de acumulação vigente na economia brasileira como FPM Absoluta é determinante na dimensão da crise catastrófica, na natureza da luta de classe e na economia da transição.

VI Democracia proletária – economia socialista - trata-se do cenário em que se dará a luta pelo poder e a economia da transição socialista, ou início do “comunismo inferior” na periodização geral marxiana, como vimos no início do texto. Segundo o esquema acima, esse ciclo histórico já iniciou-se em meados da primeira década do Século XXI. Inicia-se ainda imbricado no ciclo histórico anterior. Um dos principais cenários para o desenvolvimento do ciclo histórico da democracia proletária é que ele se dê ainda na vigência da PMV Absoluta, ou seja, nas condições gerais em que a passagem à PMV Relativa ainda não tenha se completado. Sem dúvida, no estágio de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas legado pelo ciclo histórico da socialdemocracia, a afirmação do período de transição enfrentará questões que estão longe de ser as principais que estiveram na pauta da Revolução Russa. O nível histórico da luta de classes mais se assemelhará à luta de classes na Europa nas três primeiras décadas do Século XX do que na Rússia do mesmo período.

Por outro lado, a natureza da crise econômica neste ciclo histórico será mais e mais total para a economia brasileira, e na medida em

---

internacionais, assim como das eventuais condições díspares do período escolhido e de outros importantes fatores. Portanto, este simples exercício serve apenas como uma ilustração hipotética de como uma mudança de qualidade no padrão de acumulação desdobra-se no plano quantitativo das dimensões relativas das economias nacionais. Em todos os casos, o que é determinante considerar teoricamente é o nível de produtividade média entre a economia brasileira e o das principais economias centrais nas duas situações, ou nos dois momentos do esquema de periodização aqui adotado. Usamos para este exercício de estimativa a renda nacional bruta *per capita* (*GNI per capita, Atlas method*) para os anos de 2009-12 (WORLD BANK, 2013a, 2013b, 2013c). Evidentemente resta um enorme trabalho a ser feito para estabelecer uma estimativa sólida e completa, assim como para explorar seus desdobramentos na formação do valor no nível do mercado mundial.

que se afirma e aprofunda as relações do imperialismo brasileiro, também na economia sulamericana. Vimos que a disjuntiva capital X trabalho no Brasil irá se apresentar como uma disjuntiva entre a via socialdemocrata para a FPM Relativa X a Economia da Transição. Tanto à via capitalista quanto à via proletária cumpre alcançar um significativo salto qualitativo no desenvolvimento das forças produtivas. Para uma e para outra via, no plano econômico, tratar-se-á de defrontar-se com a nova “trava” econômica e superá-la - cada via com seus respectivos condicionantes e métodos.

VII Comunismo superior - aqui já está estabelecida uma nova sociabilidade com base na *Gemeinwesen* Humana. Extrapola os limites e alcance desse texto explorar os cenários para tal advento histórico.

Vemos no diagrama que o foco na luta de classes do proletariado apresenta características marcantes que emergem dos ciclos anteriores, se desenvolvem e no seu esgotamento preparam o advento do ciclo histórico posterior com sua respectiva característica marcante. No esquema acima estão fixadas algumas datas de referência que, merecendo ter sua especificação ainda mais investigada, servem como marcos provisórios de uma demarcação. Interessa nesse momento da investigação apresentar os imbricamentos entre os ciclos históricos que marcam suas crises e transições<sup>22</sup>. O largo ciclo capitalista no Brasil com base na PFM Absoluta tem uma rica história, assim como tem uma rica história a luta de classes do seu proletariado. E cada ciclo histórico da luta de classes do proletariado tem sua característica predominante nas relações capital-trabalho, expressão da consequente qualidade da luta de classes.

Outro ponto a salientar é que o socialismo, enquanto movimento e processo para o advento de uma economia de transição, é possível no Brasil desde o primeiro ciclo histórico do proletariado, o “II – Anarcosindicalista”. E com efeito, é no seu interior, a partir da crise econômica gerada pela Iª Guerra Mundial que o proletariado urbano expressa essa possibilidade, ainda que com o grau de maturidade próprio àquele momento. Nesta oportunidade, como no decorrer de cada ciclo posterior dependerá da luta de classes em nível mundial se essa possibilidade irá ou não efetivar-se com a conquista do poder e o advento da própria economia socialista.

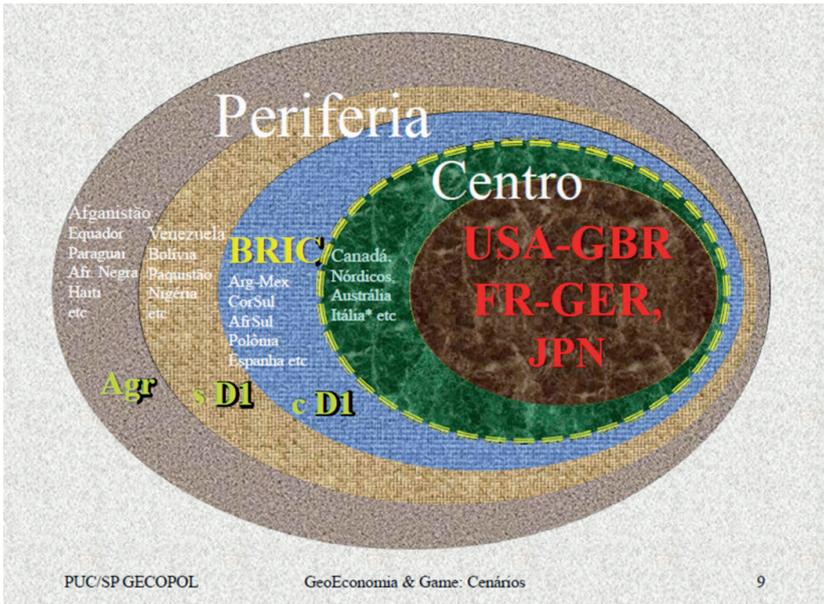
<sup>22</sup> A análise pormenorizada dos eventos históricos de cada subperíodo ou de cada ciclo histórico extrapola os limites do presente texto.

Sabemos que tal não ocorreu na história brasileira do Século XX. De qualquer modo, o proletariado estará, doravante, inscrito na luta de classes no Brasil, em cada uma de suas crises importantes; e o desenvolvimento fará com que o potencial de expressão da classe também se desenvolva. E de fato, para que o proletariado em desenvolvimento expresse e realize a cada momento seu potencial de intervenção histórica será necessária uma dialética complexa de fatos que a rigor pertencem à economia nacional como parte da economia mundial. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e da luta de classes no Brasil irá evidenciando dialeticamente a cada um dos ciclos históricos, através das lutas econômicas e políticas, que o grau de pureza do potencial de intervenção histórica do proletariado irá aumentar e se aprofundar, determinando também, pelo lado do capital, a exigência dos saltos qualitativos no padrão de acumulação que possibilitem a reprodução das relações capitalistas de produção. Assim, temos todo o percurso gerado pela dialética desenvolvimento das forças produtivas e a luta de classes.

### **O BRASIL NO MERCADO MUNDIAL NO NOVO CICLO HISTÓRICO**

A divisão internacional do trabalho, que até a Crise de 30, ou até meados do Século XX se constituía num centro industrializado e numa periferia agrária, ou fornecedora de matérias primas ao centro e consumidora de produtos industrializados deste, se transforma radicalmente com a industrialização da periferia no processo de internacionalização do capital.

Ao final do Século XX e início do XXI o mercado mundial pode ser sintetizado no quadro abaixo:



Num mundo econômico fortemente heterogêneo, temos para o todo o predomínio dialético da mais-valia relativa ou PMV Relativa. Sendo assim, o pressuposto da reprodução das relações capitalistas de produção e conseqüentemente de toda a reprodução econômica material do planeta está a cargo do capital social mundial. A economia mundial na PMV Relativa constituiu-se num todo capitalista, numa *Gemeinwesen* do capital<sup>23</sup>, não cabendo qualquer alternativa isolacionista ou altárquica de desenvolvimento nacional ou regional. Tanto o desenvolvimento capitalista como o advento de uma economia da transição socialista não pode mais ser aventado fora ou independente do mercado mundial.

Como vimos, no entanto, a heterogeneidade do capital social mundial coloca uma série de questões e situações específicas para as economias nacionais. Esse todo e a diversidade nesse todo não são caóticos, sendo passíveis de um ordenamento, a ordem mundial atual.

Temos um centro com um núcleo duro formado por USA, GRB, FR, GER, JPN, os cinco *big players* que se defrontam no *game* geopolítico da modernidade, na disputa pela hegemonia mundial. O centro ainda tem

<sup>23</sup> Aqui o termo *Gemeinwesen* do Capital especifica a totalidade capitalista que envolve tudo e põe as diversidades segundo seu ser, no seu ser e para o seu ser. O desenvolvimento dos argumentos podem ser encontrados em Borba (1998).

uma série de economias coadjuvantes. A característica econômica fundamental do centro é a PMV Relativa e o conseqüente estágio imperialista consolidado.

A periferia do sistema encontra-se agora subdividida em três áreas: a primeira e menos desenvolvida é aquela em que predomina a produção agrícola predominantemente pré-capitalista; a segunda é composta pelas economias com industrialização leve, dispondo por vezes de um D1 tradicional, o qual ainda não se caracteriza sistemicamente; a terceira área, onde se destaca o BRICS, são as economias industrializadas que já constituíram uma matriz industrial (D1, D2, D3). Na periferia o padrão de acumulação caracteriza-se pela PMV Absoluta. Aí nessa faixa está o Brasil, já no limiar para passar ao centro do sistema.

#### **CENTRALIDADE BRASILEIRA NA GEOECONOMIA E NA GEOPOLÍTICA ATUAIS DA AMÉRICA DO SUL**

Dialética interior da América do Sul hoje coloca o Brasil como pivô da sua nova integração econômica. Pela primeira vez na história a América do Sul lança-se, ainda que de modo inicial num processo de integração para dentro, processo esse com extensões para América Central, Caribe e África Atlântica e Moçambique. Há uma topografia nesse processo e ele se revela na dimensão da geografia, da população, da economia brasileira no subcontinente sulamericano. Os gráficos 1e 2 a seguir mostram essa condição histórica:

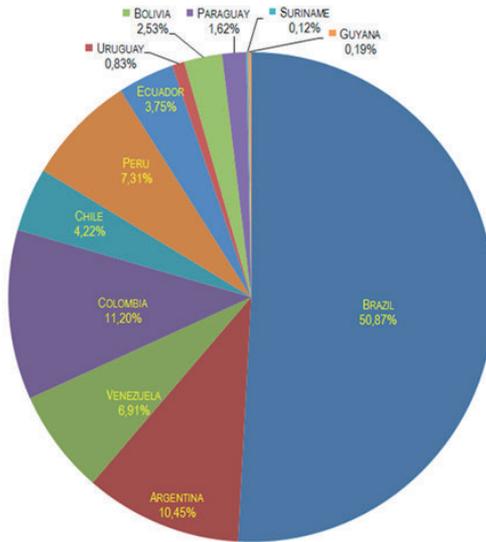


Gráfico 1: América do Sul - Distribuição da População

Fonte: Fact Book 2012

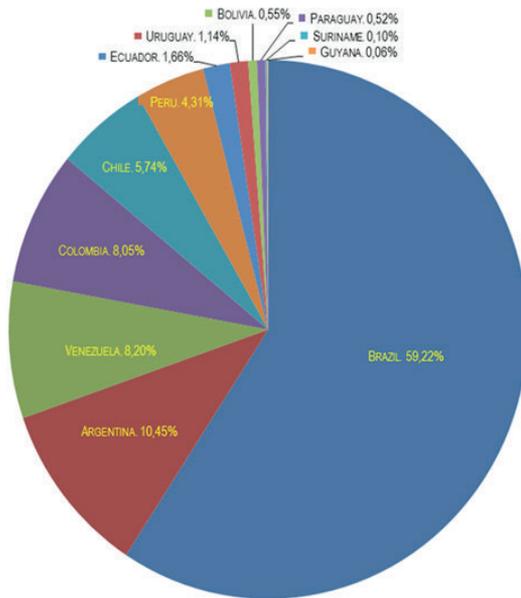


Gráfico 2: América do Sul - Participação no PIB

Fonte: Fact Book 2012

Importante qualificar essa evidência quantitativa de ordem demográfica e econômica, pois é o caso, para o momento histórico atual, em que o quantitativo desdobra-se em qualidade. No Brasil desfruta dessa massiva grandeza absoluta em termos demográficos e econômicos, mas essa grandeza está potencializada pela maior qualidade no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no subcontinente. De longe é a economia brasileira que pode estabelecer-se como potência imperialista regional, com destinação para afirmar-se intraregionalmente, assim como face ao imperialismo norte-americano, europeu e japonês. Como vimos acima, o novo ciclo histórico da democracia proletária marca uma inflexão na política de estado no Brasil - e ela tem todas as condições para fazer-se valer, o que está acontecendo - no subcontinente. Essa condição hegemônica brasileira foi longamente constituída nos seus fundamentos:

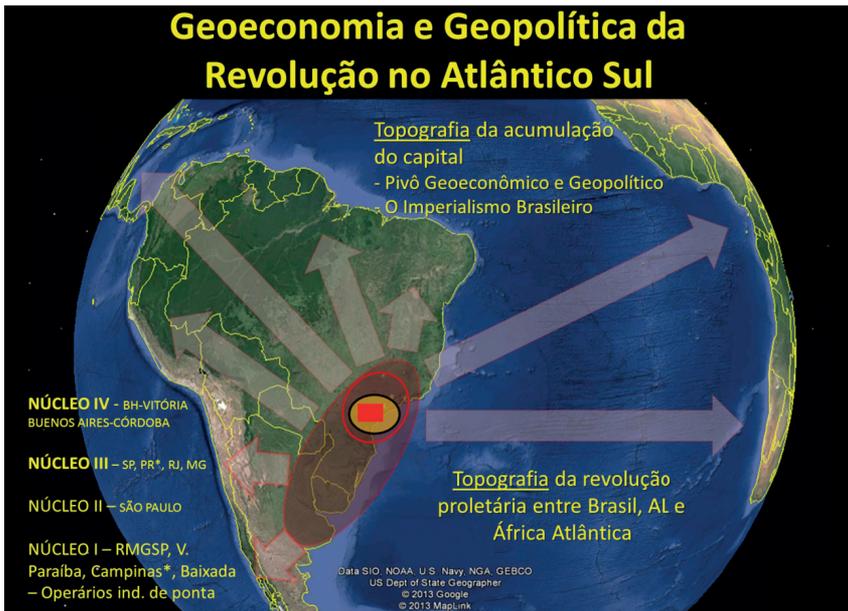
a) pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no decorrer do Século XX;

b) pelo seu processo de constituição e consolidação geopolítica no subcontinente (BORBA, 2007; MELLO, 2012), condição e expressão do seu domínio imperialista emergente.

Desse modo, em termos de seriação da revolução no âmbito regional, as condições geoeconômicas e geopolíticas dadas pela formação econômica recente da América do Sul, põe o Brasil como pivô determinante na topografia da reprodução do capital na área, assim como na da sua superação.

#### **ELEMENTOS GEOECONÔMICOS E GEOPOLÍTICOS PARA UMA DIALÉTICA DA REVOLUÇÃO NO ATLÂNTICO SUL**

No entanto, em si, a economia brasileira não é um todo homogêneo. O desenvolvimento das forças produtivas neste Século XX deu-se com uma concentração e centralização da sua produção social no centro-sul do país. Conforme mapa a seguir, podemos ver a dialética da reprodução do capital na sua topografia geoeconômica e geopolítica:



Após o longo processo histórico de estabelecimento dos fundamentos geopolíticos e econômicos do domínio brasileiro enquanto potência imperialista regional, vemos que na América do Sul e em particular no Brasil apresenta-se uma topografia específica do poder goeconômico e geopolítico. No mapa vemos destacado um nucleamento goeconômico concentrico em quatro níveis:

- NÚCLEO IV - que vai do eixo Belo Horizonte-Vitória ao norte até o eixo Buenos Aires-Córdoba ao sul.
- NÚCLEO III - que envolve os estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais
- NÚCLEO II - que se constitui a partir do estado de São Paulo
- NÚCLEO I - envolvendo no Estado de São Paulo a Região Metropolitana da Grande São Paulo, o Vale do Paraíba, Campinas, Baixada.

Essa configuração é o fundamento da cidade de São Paulo estar se constituindo numa capital hemisférica, para onde tende a confluir o

processo de decisão de investimentos na África Atlântica e Moçambique, na América do Sul e América Central e Caribe<sup>24</sup>.

### OBSERVAÇÕES FINAIS

Dado que o modo de produção capitalista na PMV Relativa é o carácter fundamental da fase histórica em que o mundo encontra-se nesse início de milénio, o que se coloca em nível internacional é a possibilidade e necessidade de uma revolução proletária, socialista. No entanto, se a PMV Relativa já predominava no início do século XX, a especificidade deste início de século XXI é que a revolução proletária nos moldes clássicos tal qual definida pelo marxismo revolucionário (Marx, Engels, Lênin) já é possível e necessária em todos os continentes.

A complexa seriação da Revolução Internacional deverá necessariamente contemplar dinâmicas macro-regionais nucleadas em pivôs geoeconômicos e geopolíticos.

A desenvolvimento das forças produtivas capitalistas na região do Atlântico Sul no decorrer do século XX tornou possível e necessária também aqui a revolução socialista proletária nos moldes clássicos.

Este trabalho cuidou de esboçar uma dialética para a revolução proletária latino-americana. A tese central é que a revolução socialista na área do Atlântico Sul tem uma dialética específica nucleada no Brasil como pivô geoeconômico e geopolítico hemisférico, dada a topografia do capital, implicando numa seriação revolucionária.

Isto posto, a implicação é que na América Latina a única possibilidade da radicalização revolucionária do seu vasto proletariado na diversidade dos demais países reside na emergência revolucionária do proletariado brasileiro, a partir do seu núcleo duro operário. Enquanto que na África atlântica a proletarianização recente do continente africano se acelera, provocando tensões sociais, vale o mesmo que para a AL, o pivô brasileiro se faz valer para toda a bacia do Atlântico Sul.

---

<sup>24</sup> A título de curiosidade e *insight* a ser explorado em futuros trabalhos, os processos globais tendem a ser influenciados também por esse centro de poder global emergente. Com efeito, há indícios de que a geopolítica deste pivô geoeconômico e geopolítico latinoamericano foi determinante para a escolha do atual Papa, bastando para aventar essa hipótese investigar os atores determinantes naquele processo de escolha.

O estágio atual da investigação sobre a dialética da revolução latino-americana, que a bem da verdade, fruto do desenvolvimento recente das forças produtivas capitalistas no Brasil estende essa dialética à América Central, Caribe, África atlântica e Moçambique, deixa ainda muitas lacunas, mas mostra, no texto presente, que um quadro geral já é possível ser tentativamente esboçado. O hipótese estratégica que tornou possível esse texto foi a assunção de que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no Brasil constitui o fundamento da centralidade geoeconômica e geopolítica da dialética da revolução proletária em todo o hemisfério sul do planeta, mas precipuamente na bacia do Atlântico Sul. Este texto, então, desdobrou essa hipótese na tentativa de formatar um quadro geral. Emergiu uma topografia e o princípio de uma seriação da revolução socialista proletária nessa área.

Uma série de desenvolvimentos teóricos e históricos apenas assumidos como dados neste texto, ainda têm que ser explicitados a partir de um aprofundamento da investigação. Também lacunas se multiplicam, quanto às referências mais sólidas para a periodização e a empiria do desenvolvimento dos ciclos históricos. Claro, que confirmadas as hipóteses centrais desse trabalho, toda uma releitura do desenvolvimento histórico das forças produtivas capitalistas no Brasil e em cada economia nacional implicada far-se-á necessário.

Um dos pontos teóricos nevrálgicos desse conjunto de hipóteses e mesmo da hipótese central desse trabalho é a caracterização do padrão de acumulação na economia brasileira como estando ainda sob o PMV Absoluta. Algo apenas esboçado nos trabalhos anteriores, a especificação de que cada ciclo histórico e mesmo de todo o grande ciclo histórico do modo de produção capitalista em sua dialética interior, sua história, ajudou a compreender uma permanência do PMV Absoluta e, ao mesmo tempo, compreender o desenvolvimento qualitativo das forças produtivas capitalistas no interior dessa permanência. A conclusão provisória a que chega este texto é que se o padrão de acumulação no Brasil é PMV Absoluta, ela localiza-se no seu estágio final, tendo o processo histórico brasileiro desenvolvido e superado todas as pautas relativas à PMV Absoluta, tanto as agrárias como as sociais. Portanto, o que se apresentaria como disjuntiva à luta de classes é transição à PMV Relativa ou o Socialismo, sem mais

nenhuma pauta de desenvolvimento intermediário das forças produtivas. Ou seja, ou a passagem à PMV Relativa, que no contexto histórico mundial vigente está sujeita a uma “irrealizabilidade”<sup>25</sup> Com efeito, a passagem ao PMV Relativa no Brasil pode ser “irrealizável” à luz da crise necessária no mercado mundial e na geopolítica global para que essa passagem fosse efetivamente viável; aliás, crise essa que a própria passagem da economia brasileira ao centro também contribuiria para deflagrar e aprofundar. Portanto, na crise catastrófica a vir, o cenário mais provável é que os seus contornos econômicos e sociais favoreçam mais a via socialista, revolucionária. Importante esclarecer nesse ponto que o presente trabalho não é determinista ou economicista, pois a possibilidade histórica de um movimento revolucionário, se está sujeita à dimensão econômica, depende também das demais dimensões que conformam a complexa dialética da reprodução em totalidade do sistema. Tanto o aprofundamento teórico como histórico-empírico faz-se necessário nessa vertente da investigação. Mas não só. Trata-se da explicitação e exploração de todos os desdobramentos e implicações dessa caracterização nos cenários da luta de classes, na viabilidade da revolução proletária clássica e nas questões econômicas cruciais de um eventual período de transição tanto em nível nacional como para toda a macroregião da bacia do Atlântico Sul. No entanto, a problematização crucial aqui é a da “possibilidade do socialismo num só país” na acepção estritamente leniniana da expressão.

---

<sup>25</sup> Para o conceito de “irrealizabilidade” vide Lênin (1988) e Borba e Casseb (2009a, 2009b). Que alguma possibilidade histórica seja dada como irrealizável causa estranheza à concepção marxiana e engelsiana, e mesmo leniniana, da história. Por isso no texto de Lênin indicado, com imenso cuidado, a irrealizabilidade de um determinado modo de desenvolvimento burguês na Rússia é hipótese assumida, mas só diante de uma análise do contexto mundial específico.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARICÓ, J. M. (Ed.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Cuadernos de Pasado y Presente, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Marx e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- AURELIANO, L. M. *No limiar da industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BORBA, J. T. O Brasil nos cenários estratégicos mundiais. In: MARQUES, R.; BOCCHI, J. I. (Org.). *Desafios para o Brasil: como retomar o crescimento nacional*. São Paulo; Saraiva, 2007. p. 21-70.
- \_\_\_\_\_. Protagonismo-mundo no Século XXI: dialética das ideações globais. In: ORSO, J. P.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. (Org.). *Educação e lutas de classes*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Expressão Popular, 2008. p. 5-35. v.1.
- \_\_\_\_\_. BORBA, Jason Tadeu 2008. A crise nos EUA: natureza, cenários e contágio. São Paulo, *PUCviva*, ano 9, n. 32, p. 12-22, jul./set. 2008.
- \_\_\_\_\_. Autonomização do valor e periodização como fundamento radical da transição: a aufhebung do paradigma histórico/trans-histórico  $xA=yB$ . *Revista FEA*, n. Inicial, São Paulo, EDUC, 1999.
- \_\_\_\_\_. Emergência do Arco Eurasiano: repercussões na América Latina. *Revista de Economia da PUCSP*, v. 4, p. 215-240, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Indivíduo e capital: uma abordagem a partir de Marx & Jung*. São Paulo: Mimeo; PUC/SP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O Caráter Histórico do Dinheiro em Marx*. São Paulo, mimeo EAESP-FGV, 1982.
- \_\_\_\_\_.; CASSEB, N. C. B. Mais-valia absoluta e mais-valia relativa: uma reflexão sobre a periodização da acumulação do capital no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14. 2009, SÃO PAULO. *Anais* ...São Paulo: SEP, 2009b.
- \_\_\_\_\_.; BORBA, Jason T., CASSEB, N. C. B. Um ensaio sobre o Brasil, a economia e seus percursos: o processo de autonomização do valor. *Revista de Economia da PUCSP*, v. 1, p. 26-59, 2009a.
- CAMATTE, J. *Capital et Gemeinvesen: le 6e chapitre inédit du capital et l'oeuvre economique de Marx*. Paris: Spartacus, 1978.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1976.

CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. *Economia brasileira em marcha forçada*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1997.

\_\_\_\_\_. Tempête sur l'économie mondiale: la face financière d'une crise de surproduction. *Le Monde Diplomatique*, Paris, Fév 1998. p. 18-19. Edição eletrônica, 1998. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/1998/02/CHESNAIS/3568>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

COSTA, D. *A estratégia nacional*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos para o estudo da estratégia nacional*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

DUSSEL, E. *La producción teorica de Marx: un comentario a los Grundrisse*. México: Siglo XXI, 1985. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/clacso/otros/20120424093754/Marx.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRIEDMAN, G.; LEBARD, M. *EUA x Japão: guerra à vista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FUKUYAMA, F. *Fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961a.

\_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961b.

GUIMARÃES, S. P. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2006.

\_\_\_\_\_. *Quinhentos anos de periferia: contribuição ao estudo da política internacional*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1999.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARNECKER, M. *América Latina: izquierda y crisis*. México: Siglo XXI, 1990.

IANNI, O. *A era do globalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

\_\_\_\_\_. *Teorias da globalização*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IASI, M. *As metamorfoses da consciência de classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LENIN, V. I. The Agrarian programme of social-democracy in the First Russian Revolution, 1905-1907. In: \_\_\_\_\_. Lenin collected works. Moscow: Progress Publishers, 1972.v. 13. p. 217-429. Edited by MIA, 2004. Disponível em <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1907/agrprogr/index.htm#-ch01s5>>. Acesso em: 12 jun. 2013

LENINE, V. I. *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme*. 1916. Disponível em: <<http://marxists.anu.edu.au/francais/lenin/works/1916/vlimperi/vlimp7.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2013

\_\_\_\_\_. À propos du mot d'ordre des Etats-Unis D'Europe. In: \_\_\_\_\_. *Oeuvres*. Tomo 21. PARIS; MOSCOU: Éditions Sociales; Éditions du Progrès, 1976a. p. 351-355.

\_\_\_\_\_. Attitude du parti S.-D. suisse a l'égard de la guerre. In: \_\_\_\_\_. *Oeuvres* Tomo 23, PARIS; MOSCOU: Éditions Sociales; Éditions du Progrès, 1959a. p. 163-165.

\_\_\_\_\_. De la fierté nationale des Grands-Russes. In: \_\_\_\_\_. *Oeuvres*. Tomo 21, PARIS; MOSCOU: Éditions Sociales; Éditions du Progrès, 1976b, p. 98-102.

\_\_\_\_\_. Impérialisme et socialisme en Italie. In: \_\_\_\_\_. *Oeuvres*. Tomo 21. Paris; Moscou: Éditions Sociales; Éditions du Progrès, 1976c. p. 370-379.

\_\_\_\_\_. Sobre uma caricatura do marxismo e sobre o economismo imperialista. In: \_\_\_\_\_. *Lenine: sobre a libertação nacional e social*. Moscou: Edições Progresso, 1988.

\_\_\_\_\_. *Sous un pavillon étranger*. In: \_\_\_\_\_. *Oeuvres* Tomo 21, Paris; Moscou, Éditions Sociales; Éditions du Progrès, 1976d. p. 133-156.

\_\_\_\_\_. *Theses de principe sur la guerre*. In: \_\_\_\_\_. *Oeuvres*. Tomo 23. Paris; Moscou: Éditions Sociales; Éditions du Progrès, 1959b. p. 166-175.

LÖWY, M. A théorie du développement inégal et combine. In: BIDEET, J.; TEXIER, J. (Org.). *La crise du travail, actuel Marx confrontation*. Paris: Press Universitaires de France, 1995. p. 111-119.

LUXEMBURG, R. *L'accumulation du capital*. Paris: Maspero, 1976.

MARINI, R. M.; SADER, E. (Org.). *Dialética da dependência* Petrópolis: Laboratório de Políticas Públicas; Clacso; Vozes, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. *La crise* (recueil). Tradução notas e prefácio por Roger Dangeville. Paris: Union Générale d'Édition, 1978. (Séries 10/18, nº 1266).

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. *La Russie* (recueil). Tradução, notas e prefácio de Roger Dangeville. Paris: Union Générale d'Édition, 1974a. (Séries 10/18, n. 874).

- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. *Sobre a China*. Porto: Escorpião, 1974b.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. *Écrits militaires: violence et constitution des États européens modernes*. Apresentação Roger Dangeville. Paris: L'Herne, 1970.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. *La crise (recueil)*, Tradução, notas e prefácio de Roger Dangeville. Paris: Union Générale d'Édition, 1978. (Séries 10/18, n. 1266).
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; LENIN, V. I. *Escritos militares*. São Paulo: Global, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Introduction à la critique de l'économie politique*. M.I.A, 1859. Disponível em: < <http://www.marxists.org/francais/marx/works/1857/08/km18570829.htm> >. Acesso em: 12 jun. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Le capital: critique de l'économie politique*. Tradução Joseph Roy. Paris: Éditions Sociales, 1976. Livre I.
- \_\_\_\_\_. *Un chapitre inédit du capital*. Tradução, notas e prefácio de Roger Dangeville. Paris: Union Générale d'Édition, 1971. (Séries 10/18, n. 532/533).
- \_\_\_\_\_. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa, Ed. Progresso, 1982.
- MELLO, L. I. A. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, [1967].
- PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ROSDOLSKY, R. *Génesis y estructura de el capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse*. 2. ed., México: Siglo XXI, 1979.
- ROUBINE, I. I. *Essais sur la théorie de la valeur de Marx*. Paris: Maspero, 1978.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Globo, 2000.
- SECCO, L. *História do PT*. São Paulo: Ateliê, 2011.
- SILVA, G. C. *Geopolítica do Brasil*. 2. ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.
- TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1997.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WORLD BANK. *Brazil (2012)*. 2014b. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/brazil>>. Acesso em: 12 de ago. 2013.

\_\_\_\_\_. *GNI per capita, atlas method (current US\$) – 2009-13*. 2014a. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.CD>>. Acesso em: 12 de ago. 2013

\_\_\_\_\_. *United States (2012)*. 2014c. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/united-states>>. Acesso em: 12 de ago. 2013

